



ORÇAMENTO DE ESTADO 2016 PROPOSTAS FISCAIS DA AEM

No final de 2015, logo após a tomada de posse do XXI Governo Constitucional, a AEM (re)apresentou um conjunto de propostas fiscais relativamente às quais tem vindo a insistir junto do poder político, no contexto da indispensável dinamização e revitalização do mercado de capitais.

As referidas propostas foram igualmente apresentadas aos senhores deputados nas reuniões entretanto já realizadas com os diversos grupos parlamentares e comissões parlamentares na Assembleia da República.

As principais propostas da AEM, relativas à fiscalidade do mercado de capitais português, podem ser consultadas na página seis deste Update.

AEM VENCE PRÉMIO EURONEXT

A AEM foi a vencedora da categoria “Best Capital Market Promotion Initiative – Dedicated to Retail Investors”, na quinta edição dos Euronext Lisbon Awards.

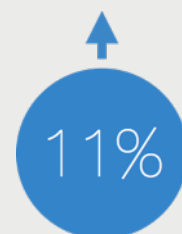


Fotografia: Euronext Lisbon

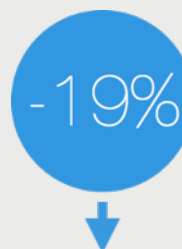
FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD DA APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS

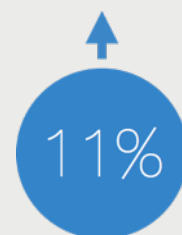
FACTOS 2015



No final de 2015, o índice PSI-20 encerrou nos 5313,17 pontos, mais 10,7% do que no final de 2014.



No final de 2015, o valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 1.881,6 milhões de euros, menos 440,1 milhões (19,0%) do que no final de 2014.

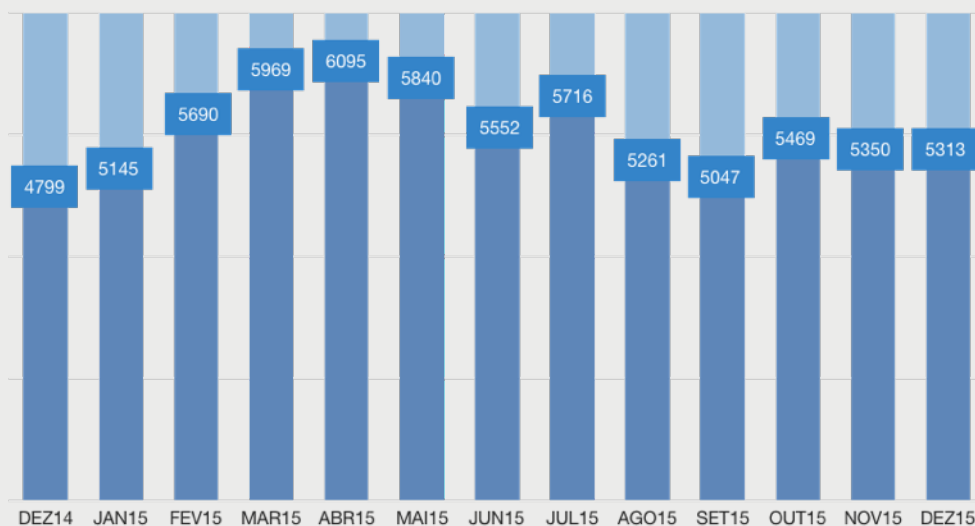


No final de 2015, a capitalização bolsista das acções domésticas totalizava 53.865 milhões de euros, mais 10,8% do que em Dezembro de 2014.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PSI20 em 2015



No final de 2015, o índice PSI-20 encerrou nos 5313,17 pontos.

O índice registou um crescimento de 10,7% em relação ao final de 2014, mas fechou o ano 16% abaixo do máximo de 2015, alcançado a 9 de Abril, e que foi de 6.324,88 pontos.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE PSI20 entre 2007 e 2015



No final de 2015, o índice PSI-20 encerrou nos 5313,17 pontos.

O valor referido é cerca de 59% inferior ao registado no final de 2007, e 30% inferior ao verificado no final de 2010.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



O quadro da esquerda permite observar a evolução do Índice PSI-20, desde o início de 1999, em comparação com os restantes índices do universo Euronext.

Os dados comprovam as dificuldades do Índice português em recuperar, desde os primeiros sinais, em 2007, da crise financeira que ainda permanece.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA DOMÉSTICA no final de JANEIRO de 2016 (em milhões de euros)

EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO
EDP	10 087	MONTEPIO	274	TOYOTA CAETANO	35
GALP ENERGIA	8 259	LUZ SAUDE	267	SPORTING	33
JERÓNIMO MARTINS	8 231	CIMPOR	223	BENFICA	25
EDP RENOVAVEIS	6 250	PHAROL	213	GLINTT	21
NOS	3 456	MEDIA CAPITAL	211	SAG GEST	21
PORTUCEL	2 402	IBERSOL	165	MARTIFER	20
BCP	2 278	F.RAMADA	132	INAPA-INV.P.GESTAO	15
SONAE	2 070	SONAE CAPITAL	129	OREY ANTUNES ESC.	15
BANCO BPI	1 454	TEIXEIRA DUARTE	121	FCP	8
CTT	1 208	SUMOL+COMPAL	115	ESTORIL SOL P	5
SEMAPA	908	IMPRESA	83	SDC INV.	4
REN	896	VAA VISTA ALEGRE	80	LISGRAFICA	3
ALTRI SGPS	777	ESTORIL SOL N	66	REDITUS	3
CORTICEIRA AMORIM	736	NOVABASE	63	IMOB.C GRAO PARA	1
BES	674	SONAE INDÚSTRIA	54	COMPTA	1
SONAE COM	594	INAPA-PREF S/ VOTO	45	SDC INV.-PREF.	1
MOTA ENGIL	345	COFINA	44		

No final de Janeiro de 2016, a capitalização bolsista das acções domésticas totalizava quase 53 mil milhões de euros, cerca de menos mil milhões que em Dezembro de 2015.

(Fonte: Euronext Lisbon)

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA em função do PIB, e OUTROS INDICADORES, entre 1991 e 2014

Ano	Retorno PSI20 TR	Retorno PSI Geral	Volume de Transacções ⁽¹⁾	Capitalização Bolsista ⁽¹⁾	Peso Capitalização Bolsista Acções/ PIB ⁽²⁾	Volume de Transacções	Volume de Transacções ⁽³⁾
		Acções (10^6 €)	Acções (10^6 €)	Acções (10^6 €)		Derivados (10^6 €)	Obrigações (10^6 €)
1991	n.a.	-2,30%	2.080	13.082	10,19%	n.a.	7.282
1992	n.a.	-11,21%	2.331	15.092	11,40%	n.a.	8.577
1993	50,47%	53,25%	3.891	22.165	16,86%	n.a.	17.206
1994	0,45%	8,42%	4.369	14.251	10,68%	n.a.	28.619
1995	-3,28%	-4,59%	3.162	13.682	10,02%	n.a.	34.158
1996	36,79%	32,57%	5.502	19.279	13,65%	13.323	62.235
1997	75,25%	65,25%	18.309	36.906	25,02%	64.145	72.381
1998	26,73%	26,24%	42.667	53.611	34,68%	67.035	116.525
1999	11,13%	12,57%	38.333	67.991	42,33%	35.131	157.824
2000	-11,57%	-8,21%	59.280	114.704	37,98%	15.521	62.893
2001	-23,64%	-19,04%	30.690	96.067	30,29%	6.987	108.221
2002	-23,50%	-20,65%	21.687	72.845	23,93%	3.274	112.165
2003	19,92%	17,40%	19.023	91.073	27,18%	1.450	133.323
2004	15,96%	18,00%	27.745	112.612	29,85%	1.038	136.414
2005	17,29%	17,19%	31.410	132.711	32,60%	712	147.222
2006	34,07%	33,27%	52.327	200.587	44,69%	1.071	126.800
2007	19,79%	18,31%	98.674	207.895	49,91%	1.702	159.682
2008	-49,64%	-49,72%	54.774	113.573	24,83%	903	66.111
2009	39,02%	-28,55%	31.651	172.431	35,60%	492	72.663
2010	-6,25%	6,62%	40.651	135.017	31,60%	971	62.226
2011	-24,38%	-20,37%	27.891	102.752	24,63%	531	12.432
2012	8,31%	7,69%	20.209	117.497	27,33%	349	8.740
2013	20,22%	15,60%	26.188	132.613	32,64%	682	12.373
2014	-25,00%	-21,10%	36.350	136.527	25,82%	1.642	66.606

Cfr. o Quadro original in CMVM, "Contraordenações e Crimes no Mercado de Valores Mobiliários - O sistema sancionatório, a evolução legislativa e as infrações imputadas", página 70 (Fonte: Euronext Lisbon, INE, CMVM).

(1) Inclui informação relativa a emittentes de direito estrangeiro admitidos à negociação no Mercado de Cotações Oficiais/Euronext Lisbon

(2) Exclui informação relativa a emittentes de direito estrangeiro admitidos à negociação no Mercado de Cotações Oficiais/Euronext Lisbon

(3) Inclui dívida pública e privada transaccionada na Euronext Lisbon (Mercado de Cotações Oficiais e MEOG) e no MEDIP/MTS Portugal



POSIÇÕES DA AEM CONSULTAS PÚBLICAS

Auditoria

A AEM apresentou a sua Posição à Consulta promovida pela COFAP/AR sobre a Proposta de Lei do Regime Jurídico da Supervisão da Auditoria (Posição disponível [aqui](#)).

Na sequência, foi publicada a Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, e a Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Em Dezembro, a CMVM fez publicar um conjunto de "Respostas às perguntas mais frequentes sobre a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria" (doravante, "Respostas"), as quais vieram suscitar novas dúvidas e preocupações, em especial quanto ao entendimento da CMVM relativamente à obrigatoriedade de cessação de mandatos a 1 de Janeiro de 2016.

Nestes termos, a Resposta posteriormente apresentada pela AEM, à consulta pública da CMVM relativa ao Anteprojecto de Regulamento relativo a Auditoria, incidiu particularmente sobre as novas questões decorrentes das "Respostas" acima mencionadas (cfr. [aqui](#) a Resposta da AEM), e sobre os aspectos contemplados pelo novo regime jurídico da auditoria que a Associação considera contrários e prejudiciais aos interesses das empresas cotadas.

O Regulamento da CMVM n.º 4/2015, sobre a Supervisão de Auditoria, viria a ser publicado em 18 de Dezembro de 2015, entrando em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016.

Já em Janeiro de 2016, a CMVM publicou uma versão actualizada das "Respostas" (disponíveis [aqui](#)), contendo alterações relevantes relativamente ao anterior entendimento da CMVM, e, no que respeita aos pontos específicos em causa, com entendimento mais aproximado da Posição defendida pela AEM.

PUBLICAÇÕES RECENTES DA CMVM



[Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários - N.º 51 - Ensaio de Homenagem a Amadeu Ferreira - Volume I](#)



[Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários - N.º 51 - Ensaio de Homenagem a Amadeu Ferreira - Volume II](#)



[Contraordenações e Crimes no Mercado de Valores Mobiliários - O sistema sancionatório, a evolução legislativa e as infrações imputadas](#)



POSIÇÕES DA AEM CONSULTAS PÚBLICAS

Governo das Sociedades

A AEM apresentou a sua Resposta à consulta pública relativa à proposta da CMVM de alteração pontual do seu Código de Governo das Sociedades, versando o tema da diversidade de género nos conselhos de administração e das comissões de nomeação e selecção dos titulares de órgãos de governo societário (a Resposta da AEM está disponível [aqui](#)).

Transposição da Directiva da Transparência

A AEM apresentou a sua Posição no âmbito da Consulta relativa à Proposta de Projecto do diploma de transposição da “Directiva da Transparência” e “Directiva dos Prospectos”, promovida pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças (a Posição da AEM está disponível [aqui](#) e [aqui](#)).

Anteriormente, o Conselho de Administração da CMVM aprovou um parecer genérico sobre a aplicação da Directiva da Transparência no ordenamento jurídico português após 26 de Novembro de 2015 (a data prevista para o termo do prazo de transposição desta directiva), disponível [aqui](#).

Reclamações e Resolução de Conflitos

A AEM apresentou a sua Resposta à consulta pública da CMVM sobre a proposta de anteprojecto de Regulamento relativo a “Reclamações e Resolução de Conflitos” (a Resposta está disponível [aqui](#)).

Na Resposta, a AEM enfatizou a necessidade de o Regulamento em causa dever reger a intervenção da CMVM na resolução de eventuais conflitos entre as estruturas do mercado de capitais (e.g., sociedades gestoras de mercado regulamentado, sociedades gestoras de sistemas de negociação multilateral, ou sociedades gestoras de câmara de compensação) e os respectivos clientes ou terceiros.

PUBLICAÇÕES RECENTES DA EURONEXT LISBON



Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidadas do Primeiro semestre de 2015, da Euronext Lisbon, S.A.

71,2%
**MARGEM
OPERACIONAL**

Margem operacional consolidada do Grupo Euronext em Portugal no final do primeiro semestre de 2014.



ORÇAMENTO DE ESTADO 2016 PROPOSTAS FISCAIS DA AEM

No final de 2015, a AEM (re)apresentou, ao XXI Governo Constitucional, bem como a vários grupos parlamentares e comissões parlamentares na Assembleia da República, designadamente, as seguintes propostas em matéria fiscal (as quais também já haviam sido apreciadas e acolhidas pelo Fórum CMVM Mercado de Capitais):

- Alargamento à generalidade das empresas de dedução em IRC, a título de remuneração convencional do capital social, a qual deveria ser majorada nas empresas com acções admitidas à negociação em mercado organizado.
- Manutenção do regime de “participation exemption” em vigor, no qual não concorrem para a determinação do lucro tributável as mais e menos-valias realizadas mediante transmissão onerosa de partes sociais detidas ininterruptamente por um período não inferior a 24 meses, desde que, entre outros requisitos, o sujeito passivo detenha, directa ou indirectamente, uma participação não inferior a 5% do capital social ou dos direitos de voto.
- Criação de incentivos para as pessoas singulares (IRS) que invistam em títulos de capitais próprios de empresas cotadas, eventualmente mediante condições de manutenção mínima desses títulos durante um certo período e de concentração máxima por empresa.
- Redução geral das taxas de tributação de dividendos e mais valias (ou, eventualmente, redução limitada a empresas que se capitalizem através de operações de abertura do capital em mercado organizado, e com um período temporal definido), em particular consagrando-se uma isenção de tributação do saldo entre mais e menos valias, até um valor não inferior a mil euros.
- Dedução em IRC referente ao valor dos lucros retidos e reinvestidos na empresa pelas sociedades residentes em território português (DLRR), em especial no caso da produção de bens e serviços transaccionáveis e de empresas admitidas à cotação em mercado organizado, e permitindo aos sujeitos passivos de IRC deduzir à colecta, até ao limite da mesma, os lucros reinvestidos [de acordo com factores/percentagens a determinar].
- Majoração de 200%, para efeitos de IRC, dos gastos suportados pelas empresas em operações de emissão e admissão de acções a mercados organizados (incluindo, nomeadamente, serviços jurídicos, serviços financeiros, serviços contabilísticos e auditorias, comissões de admissão a mercado ou comissões de supervisão, e outros custos relacionados).
- Comunicabilidade do saldo negativo anual com transmissão de valores mobiliários a outras categorias de rendimentos ou, pelo menos, admissibilidade do seu reporte por prazo mínimo de cinco anos, correspondente ao prazo mais curto que vigorou em IRC.
- Revisão profunda dos procedimentos declarativos, em sede de IRS, no que se refere a operações de mercado de capitais, que facilitem esses processos, quer pelos investidores individuais nacionais, quer pelos investidores não residentes (individuais ou institucionais).

CONSULTE [AQUI](#) TODAS AS POSIÇÕES E PROPOSTAS DA AEM



LEGISLAÇÃO NACIONAL ALGUNS DIPLOMAS RECENTES

[Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro](#)

Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria

[Portaria n.º 297/2015, de 21 de Setembro](#)

Regulamenta alguns aspectos do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos previsto do Código Fiscal do Investimento.

[Portaria n.º 362/2015, de 15 de Outubro](#)

Procede à nona alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de Fevereiro, no sentido de alterar o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2015, de 23 de Dezembro](#)

Cria uma estrutura temporária de projecto designada por Estrutura de Missão para a Capitalização de Empresas

[Decreto Regulamentar n.º 19/2015, de 30 de Dezembro](#)

Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correcções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

[Aviso n.º 87/2016, de 06 de Janeiro](#)

Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.
Fixa a taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades públicas.

[Regulamento da CMVM n.º 1/2015](#)

Diário da República - II série - 31/03/2015
Contrapartes centrais

[Regulamento da CMVM n.º 2/2015](#)

Diário da República - II série - 17/07/2015
Organismos de Investimento Colectivo (Mobiliários e Imobiliários) e
Comercialização de Fundos de Pensões Abertos de Adesão Individual

[Regulamento da CMVM n.º 3/2015](#)

Diário da República - II série - 03/11/2015
Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Alternativo Especializado

NOVO REGIME JURÍDICO DA SUPERVISÃO DE AUDITORIA

[Lei n.º 148/2015, de 9 de Setembro](#)

Aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria

[Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro](#)

Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

[CMVM - Respostas](#)

Respostas às perguntas mais frequentes sobre a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, publicadas em 7 de Dezembro e actualizadas em Janeiro de 2016

[Regulamento da CMVM n.º 4/2015](#)

O Regulamento da CMVM n.º 4/2015, sobre a Supervisão de Auditoria, foi publicado em 18 de Dezembro de 2015, e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016.



[A AEM NO FLIPBOARD](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA ALERTAS E POSIÇÕES

Nova Regulamentação sobre Abuso de Mercado

O novo Regulamento europeu sobre o Abuso de Mercado ([Regulamento \(UE\) n.º 596/2014, de 16 de Abril de 2014](#)), entra em vigor no próximo dia 3 de Julho de 2016.

Entretanto, a ESMA - European Securities and Markets Authority, que tem em preparação um conjunto de Guidelines, necessárias à concretização e implantação daquele Regulamento, realiza, no próximo dia 29 de Fevereiro de 2016, em Paris, uma audiência pública para discussão do [Documento de Consulta](#) que, para o efeito, fez publicar.

A European Issuers publicou três posições (todas preparadas por Expert Working Groups que contaram com a participação da AEM), durante o mês de Janeiro de 2016:

Response to Call for Evidence on EU Regulatory Framework for Financial Services ([disponível aqui](#))

Position regarding Amendments on SRD in view of trilogues ([disponível aqui](#))

European Single Electronic Format ([disponível aqui](#))

DMIF 2 ADIADA

A Comissão Europeia acaba de anunciar o adiamento da entrada em vigor do novo texto da Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF II).

Originalmente prevista para Janeiro de 2017, a DMIF II deverá entrar em vigor em 3 de Janeiro de 2018.

A principal razão invocada para o adiamento foi a complexidade da infraestrutura técnica de dados, necessária à operacionalização das regras em causa, a qual ainda não se encontra completamente desenvolvida e estabelecida.

RELATÓRIO DA EUROPEAN IPO TASK FORCE



Na sequência da publicação, pela Comissão Europeia, do Green Paper que visa a criação de uma União dos Mercados de Capitais europeus, foi elaborado e publicado o [“EU IPO Report: Rebuilding IPOs in Europe: Creating jobs and growth in European capital markets”](#), resultado do trabalho de um Comité de Especialistas europeus com profundo conhecimento e experiência em matéria de IPOs (ofertas públicas iniciais).

Em resultado do convite dirigido ao seu Director Executivo, a AEM foi a única entidade portuguesa representada nesta Task Force europeia, facto que constitui o reconhecimento pelo trabalho que a Associação tem vindo a realizar, tanto a nível nacional como europeu, na apresentação de propostas oportunas, concretas e consistentes, para a dinamização dos mercados de capitais.



EURONEXT LISBON AWARDS

Best Capital Market Promotion Initiative – Dedicated to Retail Investors	APP AEM, da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Best Capital Market Promotion Initiative – Dedicated to institutional investors	Portugal Funds People
<i>Menção honrosa</i>	Portugal Economy Probe em mandarim
Most Active Research House	Banco Português de Investimento
Most Active Law Firm in Bonds	Vieira de Almeida & Associados
Investment Fund/Open Pension Fund in Portuguese Stocks	IMGA Ações Portugal – IM Gestão de Ativos
Market Member - Most Active Trading House in ETFs	Commerzbank
Market Member - Most Active Trading House in Certificates	Banco Comercial Português
Market Member - Most Active Trading House in Derivatives Market	BBVA (Portugal)
Market Member - Most Active Trading House in Warrants	Banco Comercial Português
Best Media Article on Capital Markets	“PSI 20 paga €13 mil milhões de dividendos desde 2008”, de Elisabete Tavares e Joana Madeira Pereira <i>in</i> Expresso
Market Member - Most Active Trading House in Shares	Morgan Stanley
Market Member - Most Active Trading House in Shares – EnterNext	Banco Português de Investimento
Market Member - Most Active Trading House in Bonds	Banco Português de Investimento
N.º 1 Corporate Bond House	Banco Português de Investimento
Listed Company - Best Performance – EnterNext	F. Ramada
Listed Company - Best Performance – Compartment A	Jerónimo Martins

P
R
E
M
I
A
D
O
S

2
0
1
6

VEJA [AQUI](#) A INFORMAÇÃO COMPLETA SOBRE OS EURONEXT AWARDS



APP AEM PREMIADA NOS EURONEXT LISBON AWARDS

A AEM foi premiada na quinta edição dos Euronext Lisbon Awards, realizados em 17 de Fevereiro.

O prémio atribuído, na categoria de “Best Capital Market Promotion Initiative – Dedicated to Retail Investors”, reconhece a importância da APP AEM (aplicação móvel “Mercado de Capitais Português”), lançada pela Associação em Abril de 2015, junto de um vasto público interessado em temas de mercados de capitais.

Com esta iniciativa, as empresas cotadas deram um passo muito importante no sentido de uma ainda maior aproximação e transparência perante os investidores, demonstrando, num momento particularmente difícil para o nosso mercado e mais uma vez, que, apesar das adversidades com que nos confrontamos, com empenho e com trabalho, é possível continuar a perseverar, a inovar e a contribuir de forma concreta para o melhor desenvolvimento e maior competitividade do nosso mercado de capitais.

Igual mérito e perseverança têm manifestado todas as outras entidades premiadas, e nomeadas, muitas delas empresas associadas ou parceiros privilegiados da AEM, a quem cumprimos e felicitamos pelo respectivo contributo agora muito justamente reconhecido.

Esta foi a segunda nomeação da AEM; em 2014, a Associação que representa as empresas cotadas portuguesas já havia sido nomeada pelo Relatório Católica/AEM - Relatório sobre Governo das Sociedades em Portugal.



FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD DA APP AEM



COORDENAÇÃO
PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO
PROFESSORA DOUTORA ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA

I CURSO PÓS-GRADUADO EM CORPORATE GOVERNANCE

DIREITO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

23 FEVEREIRO > 16 JUNHO 2016

TERÇAS E QUINTAS 18H30-20H30
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

No contexto do acordo de cooperação entre a FDL – Faculdade de Direito de Lisboa, através do seu Centro de Investigação de Direito Privado, e a AEM, realiza-se a partir de 23 de Fevereiro, o I Curso de Pós-Graduação em Corporate Governance, dirigido aos profissionais que necessitam de um nível avançado de conhecimentos das relações societárias internas e externas (consulte o [Programa](#) completo do Curso).

ACOMPANHE A AEM NAS REDES SOCIAIS



[Read](#)

[Follow](#)

[Link](#)

[Like](#)

[Share](#)

[Discuss](#)

AEMUPDATE

Fevereiro 2016

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Dto.
1200-092 Lisboa
Tel.: + 351 21 820 49 70
geral@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Fevereiro de 2016

Na elaboração da presente newsletter não foi adoptado o novo Acordo Ortográfico.